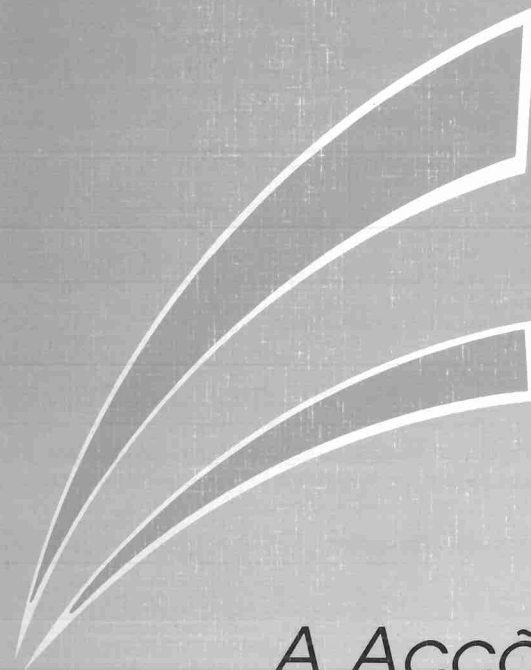


EDITORES:

LEANDRO S. ALMEIDA • RUI SANTIAGO • PEDRO SILVA • LUCIA OLIVEIRA • ORLANDO CAETANO • JOÃO PAULO MARQUES



A Acção Educativa: Análise Psico-Social

3015

E.S.E.L. / A.P.PORT.



A acção educativa

Leiria 1990 E.S.E.L. / A.P.PORT.

A ACÇÃO EDUCATIVA:

31-06-14
94.11.28
37.015/67 ✓

ANÁLISE PSICO-SOCIAL

BIBLIOTECA
Escola Superior de Educação
LEIRIA

EDITORES:

Leandro S. Almeida
Rui A. Santiago
Pedro Silva
Lúcia Oliveira
Orlando Caetano
João P. Marques

Estante: 31
Prateleira: 06
Número: 13448

Leiria, 1990

ESEL/APPORT

X

TÍTULO: A ACÇÃO EDUCATIVA: ANÁLISE PSICO-SOCIAL

EDITORES: LEANDRO S. ALMEIDA, RUI A. SANTIAGO,
PEDRO SILVA, LÚCIA OLIVEIRA, ORLANDO
CAETANO, JOÃO P. MARQUES

CAPA: LUÍS JORDÃO

LEIRIA, 1990

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE LEIRIA
ASSOCIAÇÃO DOS PSICÓLOGOS PORTUGUESES

COMPOSIÇÃO GRÁFICA: NOTAL - NOVAS TECNOLOGIAS AUDIOVISUAIS, LDA

TIPOGRAFIA:

Nº DE TIRAGEM: 100 EXEMPLARES

DEPÓSITO LEGAL:

UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO MUSICAL NO JARDIM DE INFÂNCIA

João Paulo Marques

E.S.E. LEIRIA

INTRODUÇÃO

A educação Musical em Portugal, sob o ponto de vista institucional pode ser caracterizada genericamente por ser um ensino que balança entre dois pólos: o desprezado e o especializado. No primeiro encontramos a Educação Musical que está incluída na escolaridade obrigatória - e isto com todo o respeito pelos professores daquela área a cujo esforço a iniciativa se deve o pouco que temos. No segundo pólo encontramos a imensidão de escolas de música, na sua grande maioria fruto de iniciativas particulares, algumas cooperativas, e uma ou outra oficial, sendo estas últimas "(...) em número reduzido, como referimos, encontram-se, por via da regra, mal instaladas e mal equipadas, acusam deficiências financeiras e o seu estatuto ou é provisório, ou indefinido, ou carece de revisão e actualização" (4/292) (1), que com mais ou menos dificuldades, maior ou menor qualidade de ensino, aspiram à formação de músicos, ou pelo menos tentam desencadear o processo que leva a isso quer a nível profissional quer a nível amador. E ainda que sem qualquer censo, que seja do nosso conhecimento, parece-nos seguro poder afirmar que não é justo as pessoas queixarem-se de falta de instalações para a aprendizagem da arte dos sons. Entre pessoas singulares, bandas e filarmónicas, associações culturais e recreativas, etc. Há de facto, neste momento muitos locais onde dar os primeiros passos no solfejo e na prática de um instrumento (ou vários uma vez que também existe a modalidade dos professores que "por música" ensinam qualquer instrumento).

Este ensino contudo visa um objectivo: a aprendizagem da música sob uma perspectiva especializada. E aqui estas escolas, e não querendo entrar em aspectos de qualidade técnica e pedagógica do ensino ministrado, dão uma

(1) O primeiro número remete para a lista bibliográfica e o segundo para as páginas da obra consultada.

resposta minimamente eficaz tanto em termos de formação como também de escoamento/emprego a músicos e sabedores da música. E digo músicos e não professores de música porque a maioria de facto não o são nem por formação (não existe qualquer formação oficial para professores de música em Portugal, estando agora o Ensino Superior Politécnico a dar os primeiros passos nesse sentido com a formação de professores do Ensino Básico na variante de Educação Musical) e na maioria dos casos nem sequer por vocação. São-no na maioria dos casos por necessidade, explicada pelas carências de condições que existem no nosso país para o exercício da sua muito exigente profissão (que não é de Fé uma vez que o tempo dos músicos mendigos - se alguma vez o houve - já passou à história).

Ao nível do nosso sistema de ensino, a Educação Musical faz parte com carácter obrigatório do currículo dos 1º e 2º ciclos do ensino básico, e facultativo do 7º ao 9º ano de escolaridade, nas poucas escolas onde funciona.

Os programas por que se rege aquele ensino (no segundo ciclo) procuram fundamentalmente uma transmissão dos conteúdos da técnica musical, com metodologias mais ou menos adequadas. E sem pretender-mos entrar aqui em qualquer consideração avaliativa daquelas, não podemos no entanto deixar de os criticar em termos da sua insuficiência, quer ao nível da sua duração no período escolar, quer ao nível da carga horária que lhes está reservada - facilmente contabilizada a partir do 1º ciclo do Ensino Básico e absolutamente incontrolável neste, pela ausência de carga horária atribuída e pela ausência de elementos de avaliação. Este estado de coisas tem várias explicações possíveis mas que basicamente se resumem a uma questão de atitude relativa ao papel da música em particular e da arte em geral na educação e, "(...) num mundo situado sob o signo da "utilidade" poderá levar a admitir que, na nossa sociedade, a actividade artística não é mais do que um luxo (...)" (2/107). Se decidirmos que ao nível dos responsáveis pelo ensino esta atitude é compreensível, então ela é fruto de uma grave falta de esclarecimento; caso contrário é mesmo incompreensível uma vez que, sendo tantas vezes afirmada a sua importância esta falha a todos os níveis e inclusivamente "(...) esbarra perante a recusa da sua inserção no mais elevado nível de ensino (...)" (4/288), o ensino Universitário (exceptuando-se aqui a Dança e a Arquitectura (cf. 4/288)).

Problematizada desta forma a Educação musical, parece-nos importante agora enquadrar a nossa comunicação dentro dos objectivos gerais que o presente seminário se propõe discutir.

Assim e além da perspectiva curricular que apresentaremos adiante, não podemos deixar de referir aqui duas componentes profundamente interligadas e que resultam directamente da nossa reflexão inicial: atitudes e valores face à Educação Musical.

Sob este ponto de vista, que discutiremos de uma forma global cabe-nos dizer o seguinte: em primeiro lugar um currículo, seja qual for a perspectiva que se encare veicula sempre um conjunto de valores, ou pelo menos o seu conteúdo "sempre consistirá de conhecimentos, habilidade e atitudes socialmente valorizadas." (3/6) Esta valoração pode ter sempre duas leituras: uma relativa ao sistema geral de ensino, ou perspectiva macrocurricular; outra relativa aos conteúdos da disciplina de Educação Musical nos diferentes graus e tipos de ensino, ou perspectiva microcurricular. Na primeira encontramos os aspectos gerais de planificação, como sejam o desenvolvimento da disciplina ao longo do plano de estudos dos diferentes graus de ensino e o tempo que lhes está reservado. Na segunda incluímos os conteúdos, estratégias e meios aconselhados ou prescritos. E estas são as duas faces de uma mesma moeda, de cuja articulação depende o alcançar ou não das finalidades da disciplina. Da análise sumária destes aspectos, a única conclusão que podemp tirar é a seguinte: música sim, mas com conta peso e medida e virada para a aprendizagem dos seus aspectos técnicos. Assim equacionada, a tantas vezes afirmada importância da arte, e da música em particular, na educação, não passa de uma essencialidade complementar e periférica, se nos for permitido exprimir-mo-nos assim.

Para explicar este facto encontramos três tipos de razões:

- a) - um sistema educativo que valoriza em primeiro lugar os produtos e não os processos educativos, virado para um ensino discursivo, colocando a tónica na transmissão de saberes;
- b) - a inexistência de meios humanos e materiais que permitam levar a cabo projectos de Educação pela arte, e no nosso caso concreto pela música;
- c) - carências, por um lado, e desconhecimento, por outro, relativamente à investigação científica e pedagógica que comprove, para além das declarações de intenção, a necessidade e utilidade de uma educação pela arte, e das suas potencialidades em termos de processos de pensamento criador e inovador. E citamos aqui a título de exemplo os

estudos de Guilford e de Lowenfeld que, segundo Gloton, provaram que "as forças criadoras no domínio da arte estão submetidas aos mesmos princípios que no domínio das ciências(...)" (2/121).

MÚSICA E EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

São várias as razões porque pensamos ser urgente planificar uma intervenção concertada ao nível da educação musical no Jardim de infância, as quais passamos a apresentar:

1 - RAZÕES DESENVOLVIMENTISTAS - pela educação musical podem ser trabalhadas diferentes áreas do desenvolvimento humano, que aqui, por uma questão de simplificação indicamos genericamente como cognitiva, psicomotora e sócio-afectiva. Assim:

- a) *Área cognitiva* - Os aspectos cognitivos que nos parecem mais importantes são: desenvolvimento da memória, desenvolvimento de conceitos relativos às propriedades dos sons como o do tempo, intensidade, timbre e altura; desenvolvimento de estruturas operatórias (nomeadamente classificação e seriação, embora ainda sejam escassos os estudos nesta área).
- b) *Área psicomotora* - As ligações da música ao movimento parecem-nos essenciais e desnecessárias de comprovação experimental para o presente efeito uma vez que todos já podemos experimentar mais do que uma vez a sensação de movimento que existe nalguns trechos musicais não resistindo a efectuar alguns movimentos como o bater de pé ou um ligeiro balançar do corpo. Na realidade alguns tipos rítmicos são bastante convidativos a isso, como por exemplo a valsa ou uma marcha. As crianças, particularmente as mais novas, não resistem e não estando ainda aperreadas a preconceitos sociais dançam mesmo mechendo todo o corpo. Além deste aspecto, conhecido pelo senso comum, a manipulação de instrumentos musicais oferece um bom campo para trabalhar o controlo muscular (batendo forte ou fraco nos instrumentos de percussão) ou a velocidade do movimento (batendo rápido ou lento). Ainda no domínio dos instrumentos poderíamos citar tipos de coordenação mais fina e de coordenação olho mão (como por exemplo na execução de acompanhamentos com os instrumentos de lâmina - xilofones e metalofones);

c) *Área sócio-afectiva* - A música tem fundamentalmente uma componente grupal. Desde a música dita clássica ao "rock" encontramos grupos a fazer música. Assim, também podemos observar quando este domínio pode ser implementado através das actividades de educação musical. Mas esta optimização do desenvolvimento sócio-afectivo tem duas facetas distintas: uma individual e que se refere à expressão pelos sons (considerados aqui na sua forma mais vasta - desde a emissão vocal ou corporal até à emissão instrumental), possibilitando assim formas diferentes de comunicação interpessoal; outra grupal propriamente dita e que ao referir-se necessariamente à organização desses sons, o possibilita a aquisição de estratégias de relação interpessoal, nomeadamente no que se refere ao trabalho em grupo (pequeno ou grande) e às suas regras;

d) *Despiste de dificuldades específicas* - Também aqui a Educação Musical pode desempenhar um papel importante como instrumento de despistagem de dificuldades específicas. Podem de facto ser detectadas dificuldades rítmicas, dificuldades de coordenação psicomotora, dificuldades de expressão verbal, além de, como é evidente, dificuldades percepção auditiva. Em termos de mera hipótese podemos avançar que será possível, da mesma forma que se fez para o desenho, estabelecer uma linha desenvolvimentista de comportamentos musicais podendo estes servir para um estudo mais completo do desenvolvimento da criança. Além disso há que considerar ainda os aspectos referentes à utilização terapêutica da música, que não vamos aqui discutir por saírem claramente do âmbito deste artigo.

2 - RAZÕES METODOLÓGICAS - Relativamente a este grupo de razões parece-nos importante salientar, e no seguimento dos aspectos desenvolvimentistas que acabamos de referir, que as contribuições que a Educação Musical pode dar no jardim de infância se referem fundamentalmente à metodologia de trabalho de grupo e às possibilidades que este domínio possui de aplicação dos métodos activos e centrados na criança. Na realidade todas as actividades deste nível escolar (do domínio ou não da Educação Musical) deveriam ter em conta os princípios pedagógicos daquelas correntes. A Educação Musical no jardim de infância não se limita de forma alguma à aprendizagem de canções (ainda que estas devam ocupar um lugar central), trabalho muitas vezes bastante directivo

e limitado. Há todo um conjunto vasto de actividades de exploração, identificação, reprodução e produção de sons que, se devidamente orientado, permitirá transformar toda a Educação Musical num grande jogo, em que os interesses e comportamentos espontâneos das crianças assumem um papel preponderante, cabendo ao educador aproveitar essa espontaneidade que a criança manifesta e organizá-la com vista aos objectivos globais daquele nível de ensino. No fundo trata-se de permitir que a criança construa o seu próprio universo de sons, da mesma forma que se lhe permite que o faça relativamente ao grafismo e às cores. A esse propósito seguimos os princípios da Educação Nova tal como Gloton os referiu quanto à pintura afirmado que "não se pode compreender a pintura se ela não for experimentada, se não se misturarem as cores (...)" (2/126). Ora o mundo dos sons não é muito diferente e talvez não só para as crianças. Como se poderá entender a música sem nunca se experimentarem os sons? Talvez esta experimentação seja é muito mais perturbadora. Mas isso não retira o mérito à informação.

3 - RAZÕES CULTURAIIS - Também aqui a Educação Musical tem um papel importante a desempenhar, por um lado, na transmissão cultural e por outro na criação de cultura. O primeiro aspecto é relativamente fácil de se descrever e realizar por exemplo através da aprendizagem de canções na dupla vertente que esta aprendizagem encerra que é por um lado a própria aprendizagem da canção e por outro a transmissão de valores e saberes contidos nas canções e lenga-lengas - ou pela audição de obras musicais de todos os estilos e períodos históricos - não só as escritas para crianças mas também outras que as crianças ouvem com bastante entusiasmo, em particular se se utilizarem as técnicas de audição activas.

Quanto aos aspectos de criação cultural estes são mais difíceis de operar. Não querendo aqui cair na discussão da "arte infantil" nem da formação de artistas (se é que eles podem ser formados) pensamos que este aspecto será basicamente um aspecto a longo prazo e que tem a ver com a relação que as crianças futuramente estabelecerem com a música, a qual pode ser passiva, isto, de meros consumidores de música, ou pelo contrário uma relação activa, entendida aqui como pessoas que utilizem a música nas suas relações com o mundo. E isto pode ir da simples expressão pelo som à prática de um instrumento, canto ou até pela opção da música como profissão.

Qualquer uma destas razões nos parece suficientemente válida para se tomar a sério a Educação Musical no jardim de infância. Não significa isto que os profissionais deste nível de ensino não estejam sensibilizados para a Educação Musical. No entanto parece-nos que faltam condições institucionais para a levar a bom termo. E essas condições são ao nível da sua formação base (o que justifica a prática corrente de recorrer a professores especializados), ao nível das condições materiais existentes no jardim de infância (habitualmente carentes de material de Educação Musical) e ao nível de orientações curriculares e metodológicas (com objectivos e estratégias minimamente definidos).

UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO MUSICAL NO JARDIM DE INFÂNCIA

Considerando então a perspectiva teórica e os condicionalismos já referidos parece-nos pois importante passar à apresentação do que consideramos ser um plano viável de intervenção musical no jardim de infância. As características principais deste plano que nos parece tornarem-no num plano passível de aplicação imediata são as seguintes:

- utilização de materiais pouco dispendiosos, e na sua maioria existentes nos Jardins de Infância;
- utilização de técnicas que dispensam conhecimentos musicais profundos, permitindo a orientação das actividades pelo educador;
- possibilidade de ser adaptado a diferentes idades, pelo estabelecimento de gradientes nas actividades a propor.
- utilização de metodologias activas, permitindo que a criança fundamentalmente manipule os diferentes materiais (sons e fontes sonoras instrumentos musicais ou não).

Assim a nossa proposta de trabalho desenvolve-se em sobre cinco tipos de conteúdos educativos;

1. As Propriedades do Som
2. A Canção
3. Os Intrumentos Musicais
4. A expressão Musical
5. As Audições Musicais

As propriedades dos sons são o elemento fundamental para qualquer desenvolvimento da acuidade da percepção auditiva e também de uma propedêutica da Educação Musical. E são-no porque, quer os consideremos na sua dimensão física quer na sua dimensão estética, eles são as partes constituintes de todas as sensações auditivas. O seu estudo deve ser feito pela audição e produção de sons por parte das crianças de forma a que estas tomem consciência de uma realidade que as cerca, e adquiram um maior domínio de um meio de comunicação e expressão específicos.

A canção, pelas suas características próprias de ligação do som à palavra, pela riqueza educacional e cultural que possa possuir e ainda pela grande aceitação que tem na criança, deve ser o ponto central de todo este plano. Nós, adultos, não cantamos, ou cantamos pouco. Porque não sabemos as canções, porque temos vergonha, porque somos "duros de ouvidos" etc. Inventariamos aqui, por certo muitas explicações desnecessárias. Os estereótipos e preconceitos de que estamos dotados explicariam isso. Ora a criança canta. E canta natural e espontaneamente. Canta o que sabe e o que inventa. E sendo esta uma actividade quase natural nela, seria absolutamente incompreensível que este aspecto não fosse a coluna dorsal de toda esta proposta. Além desta razão, há ainda a considerar todo o trabalho de Educação Musical, de Expressão Plástica, Dramática e Verbal que se pode efectuar a partir de uma simples canção e que se encontra sumariamente especificado mais à frente.

Os instrumentos musicais são por natureza objectos de admiração por parte dos adultos e das crianças. Com uma diferença: um adulto não retira qualquer som de um piano porque não sabe tocar; a criança não hesita em experimentar todas as possibilidades que o instrumento lhe dá para retirar sons, que ela vai usar para seu belo prazer. Por isso eles são importantes para a Educação Musical como fontes de sonoridades novas e diferentes, mas também como objectos através dos quais a criança pode comunicar com os outros. E quando referimos instrumentos musicais não nos referimos só aos convencionais. Também aos improvisados e aos contruídos pela própria criança (que talvez lhe deem mais prazer de que um xilofone desafinadíssimo comprado na feira).

A expressão musical é talvez um outro ponto central de todo este plano. Não se trata aqui de formar músicos, nem tão pouco de fazer exclusivamente uma iniciação musical. Trata-se de dar um novo elemento relacional à criança: o som. E da mesma forma que se lhes permite exprimirem-se através do movimento,

grafismo e da palavra, também a expressão pelo som deve ocupar um espaço no trabalho a desenvolver no Jardim de Infância, para que as condições que se proporcionam ao desenvolvimento global da criança sejam enriquecidas. A expressão traduz-se sempre num comportamento orientado para um determinado fim. E aqui distingue-se da Educação. Esta deve permitir, entre outras coisas a expressão. Não deve esgotar-se nela. Assim, no processo educativo por que a criança passa no Jardim de Infância deve haver o espaço também para a expressão pelos sons, que em última análise constitui o fim último deste plano.

Finalmente surgem as audições musicais. Ouvir música é mais do que um simples acto de ligar o aparelho de reprodução de sons; isso é ter a música como plano de fundo de uma outra qualquer actividade. E quem não gosta de uma música suave para reflectir um pouco, ou como abafador dos momentos de silêncio entre uma conversa de amigos? E quem não conhece as vantagens de uma música bem ritmada para a execução de certas tarefas? Enfim, isto é um pouco do que todos fazemos no nosso dia a dia. Mas a audição musical em Educação Musical propõe-se um fim diferente. Em primeiro lugar procura transmitir um saber cultural, em segundo lugar procura uma sensibilização estética; por fim procura ser um elemento gerador de cultura. Para as crianças também funciona da mesma forma. E elas, mais do que ninguém devem poder ouvir todos os tipos de música de todos os períodos históricos. Mas o ouvir para a criança é sempre um ouvir activo. Por isso, as audições activas devem também ter um espaço privilegiado neste plano. E não há que ter medo de fazer as crianças ouvir os grandes mestres da música clássica, do jazz, ou de qualquer outro estilo. Há sim que ter cuidado na forma como proporcionamos essa audição. E a técnica das audições activas, desenvolvida por pedagogos musicais como Orff, Willems ou Wuytack respondem plenamente a essa necessidade.

Quanto à organização curricular destas áreas ela não é vertical mas sim horizontal, sendo trabalhados simultaneamente conteúdos de todas elas. Cada uma delas responde a um conjunto de objectivos devidamente integrados no espírito de trabalho da Educação Pré-Escolar, visando conseqüentemente o desenvolvimento global e harmonioso da criança, e não a objectivos referentes a conteúdos de uma Educação Musical. Esses objectivos, e não existindo uma taxonomia devidamente adequada à educação pela arte, tão pouco à Educação Musical, deverão procurar dar resposta aos motivos pelos quais este tipo de conteúdos são importantes na Educação Pré-Escolar. Assim, eles devem obedecer a critérios desenvolvimentistas

englobando aspectos de desenvolvimento cognitivo, psicomotor e sócio-afectivo, reforçando portanto a ideia base de que, neste nível educativo se pretendem formar pessoas e não músicos, isto é, pretende-se "educar pela arte e não para a arte" (2/123), e a critérios culturais (uma vez que os motivos metodológicos apresentados referem-se à natureza dos conteúdos a abordar e à metodologia geral de trabalho no Jardim de Infância e não a conceitos de ordem curricular).

A definição e reacção de objectivos é, no entanto, algo de bastante complexo, e em particular numa área como a Educação Musical onde além de factores de ordem técnica assumem particular relevo factores de ordem afectiva. E dentre uma gama de possibilidades que vai desde o enunciar de objectivos demasiado generalistas ao enunciar de objectivos demasiado estreitos e obdecendo a critérios comportamentais quase milimetricamente definidos, há que fazer uma opção. Na verdade, o primeiro caso quase nada nos diz acerca do que pretendemos com esta Educação Musical, o segundo arrisca-se a ser demasiado vasto para se tornar operacional, como acontece por exemplo na "Enciclopédia de la Educación Preescolar" (cf. 1/361 e ss.) onde nada menos que sessenta e um objectivos gerais são enunciados, divididos por onze dimensões educativas. Não querendo retirar o valor e a utilidade de semelhante tarefa, parece-nos no entanto que esta é pouco frutuosa do ponto de vista prático.

Assim, no nosso caso, tentámos situarmo-nos num meio termo, e dividimos os nossos objectivos nos três domínios clássicos, e que passamos a apresentar:

1 - Domínio Cognitivo

- 1.1 - Desenvolver a memória auditiva;
- 1.2 - Aprendizagem de conceitos relativos às propriedades dos sons;
- 1.3 - Desenvolver a construção de estruturas operatórias concretas (classificação e seriação);
- 1.4 - Identificar diferentes fontes sonoras.

2 - Domínio Psicomotor

- 2.1 - Desenvolver a percepção auditiva;
- 2.2 - Desenvolver aptidões motoras e rítmicas;

- 2.3 - Desenvolver o domínio sobre o aparelho formador;
- 2.4 - Manipular diferentes fontes sonoras.

3 - Domínio Sócio-afectivo

- 3.1 - Desenvolver aptidões de comunicação interpessoal;
- 3.2 - Desenvolver aptidões de trabalho em grupo;
- 3.3 - Desenvolver atitudes positivas em relação à música;
- 3.4 - Desenvolver a sensibilidade musical.

Apesar de criticável, este enunciar de objectivos parece-nos que é prático e possibilita ao educador o seu desdobrar em objectivos específicos consoante os conteúdos que estiver a trabalhar.

Para alcançar estes objectivos a nossa proposta inclui uma gama de conteúdos os quais são o desdobrar lógico das cinco grande áreas de intervenção que indicámos, e que passamos também a apresentar:

1 - As Propriedades do Som

- 1.1 Altura (grave/agúdo)
- 1.2 Intensidade (forte/fraco)
- 1.3 Duração
- 1.4 Timbre

2 - Canção

- 2.1 Exploração
 - a) melódica
 - b) rítmica
 - c) verbal
 - d) dramática
- 2.2 Aprendizagem
- 2.3 Instrumentação

3 - Instrumentos Musicais

- 3.1 Improvisados (exploração e utilização)
- 3.2 Rudimentares (exploração de materiais, construção e utilização)
- 3.3 "Orff" (exploração e utilização)
- 3.4 De Orquestra (identificação)

4 - Expressão Musical

- 4.1 Sonorização de histórias
- 4.2 Invenção melódica (com poemas e lenga-lengas)
- 4.3 Iniciação a formas de notação musical não convencionais

5 - Audições Musicais

5.1 Audições activas

Numa breve referência aos aspectos metodológicos, este plano permite a adequação plena à metodologia prevista para o Jardim de Infância: o jogo e a descoberta.

A utilização de jogos sonoros e musicais não acarreta problemas para o Educador de Infância, bastando para isso recorrer à bibliografia existente.

CONCLUSÃO

Em termos de conclusão, esta reflexão e a relação lógica dos diferentes elementos nela implicados permitem por certo esperar um conjunto de atitudes e comportamentos mais positivos relativamente à música e à Educação Musical. Essas atitudes, a manifestarem-se, poderão ser um forte incremento para o desenvolvimento humano, para um maior nível cultural da população escolar e consequentemente para um maior investimento das pessoas em aspectos ligados à cultura e à arte, num sentido global, e à música em particular, e isto não numa

perspectiva de criação de obras de arte mas sim de relacionamento com a obra de arte.

Relativamente ao plano que propomos ele não constitui grande novidade sob o ponto de vista dos conteúdos seleccionados. No entanto a sua organização curricular parece-nos importante ainda que, por razões de espaço/tempo, só a tenhamos operacionalizado relativamente a um conjunto de objectivos. Estes são, todavia, o princípio e o fim da acção educativa, constituindo o tronco do qual vão ser retirados todos os outros elementos (estratégias, meios e processos de avaliação).

BIBLIOGRAFIA

CEREZO, S. S., dir - Enciclopedia de la Educacion Preescolar, Vol. Expresson Plástica/Música, Madrid, Santillana, S.A., c. 1987.

GLOTON, R. - A arte e a Formação Geral na Educação Nova, Educação Nova e Mundo Moderno, dir. Gaston Mialaret, Lisboa, Arcádia, s.d.

KELLY, A. V. - O Currículo - Teoria e Prática, S. Paulo, Harper & Row do Brasil, Ltd., 1980 (c. 1977).

PERDIGÃO, M. - Educação Artística, Sistema de Ensino em Portugal. Coord. Silva, M. e Tamen, M. I., Lisboa, F.C.G., 1981.

